

Factos relevantes 2020

- **Covid-19:** O ano de 2020 foi marcado pela ocorrência da pandemia da doença Covid-19 e das medidas legislativas e administrativas adotadas no seu combate (Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de abril), com expressão visível nos fluxos financeiros, as quais têm vindo a ser sinalizados pelos parceiros privados, abrangidos pelo universo de PPP objeto de reporte pela UTAP, como tendo impacto na execução dos contratos e conferindo o direito a compensações ou à reposição do equilíbrio financeiro.

1.º trimestre

- **Litígios**
 - **Grupo Ascendi** (Grande Porto, Grande Lisboa, Costa de Prata, Beira Litoral/Beira Alta e Norte): foi proferida a decisão arbitral relativa à ação proposta em 2019 pelas concessionárias relativas à interpretação e aplicação das cláusulas referentes às grandes reparações de pavimento.
 - **Baixo Tejo (AEBT):** na ação arbitral proposta pela subconcessionária as partes chegaram a um acordo sobre o objeto do litígio, tendo sido proferida sentença de homologação da transação.
 - **Litoral Oeste (AELO):** na ação arbitral proposta pela subconcessionária as partes chegaram a um acordo sobre o objeto do litígio, tendo sido proferida sentença de homologação da transação.
 - **Hospital de Loures:** foi requerida pela EGEst a constituição de um tribunal arbitral para dirimir um conjunto de diferendos que respeitam à aplicação de critérios, métodos e procedimentos com relevância na determinação da remuneração devida à EGEst.
 - **Hospital de Cascais:** o litígio arbitral entre o parceiro público e a EGEd ficou quantificado em cerca de 9,4 milhões de euros.

2.º trimestre

- **Hospital de Loures:** determinação pelo Governo da adoção das diligências necessárias ao lançamento e adjudicação de uma nova PPP para a gestão clínica e constituição da equipa de projeto para o efeito.
- **Hospital de Cascais:** determinação pelo Governo do lançamento do procedimento de concurso limitado para a adjudicação da nova PPP para a gestão e prestação de cuidados de saúde. Foi autorizada a realização da despesa inerente à celebração do contrato, em regime de PPP, no montante máximo de 859.651.217€, a preços correntes, assim como a sua distribuição pelos oito anos de execução do futuro contrato.

3.º trimestre

- **Brisal:** constituição de Comissão de Negociação que promoverá o processo de apreciação da operação de reestruturação e refinanciamento do passivo financeiro apresentada pela Brisal.
- **Beira Interior:** constituição de Comissão de Negociação para apreciação dos pedidos de REF apresentados pela Scutvias, no âmbito do contrato de concessão, relacionados com os impactos decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º 71/2018, de 5 de setembro, e da Portaria n.º 328-A/2018, de 19 de dezembro.
- **Hospital de Cascais:** início do procedimento concursal relativo ao lançamento da parceria para a gestão e prestação de cuidados de saúde.
- **Hospital Lisboa Oriental:** conclusão pelo Júri do procedimento da análise e avaliação das propostas e notificação do relatório para efeitos de audiência prévia, cujo prazo terminou em 15 de outubro.
- **Litígios:**
 - **Hospital de Braga:** instauração de uma ação arbitral pela EGEst, com valor peticionado quantificado em aproximadamente 1,6 milhões de euros.
 - **Hospital de Vila Franca de Xira:** (i) instauração de uma ação arbitral pela EGEst, com valor peticionado de 1,1 milhões de euros e (ii) apresentação pela EGEst de um pedido de REF, de 5,6 milhões de euros, não tendo as partes alcançado consenso no decurso das sessões de mediação.
 - **Lusoponte:** no litígio que opõe ao Estado Português quanto à decisão de não aprovação de um pedido de refinanciamento, foram apenas as arbitragens requeridas pelas partes.
 - **Metro do Porto:** submissão pela subconcessionária de um pedido de REF, com valor peticionado de cerca de 0,9 milhões de euros.

4.º trimestre

- **Novo regime de portagens:** foram publicadas várias normas legais e regulamentares que regulam diretamente os regimes de portagem de diversas concessões rodoviárias abrangidas pelo universo de PPP.
- **Hospital de Cascais:** aprovação pelo júri do procedimento do Relatório Final da Fase de Qualificação e envio do mesmo para o órgão competente para a decisão de contratar.
- **Hospital de Lisboa Oriental:** pronúncia dos concorrentes sobre o Primeiro Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas no âmbito do procedimento de contratação.
- **Litígios:**
 - **Hospital de Braga:** apresentação pela EGEst de um novo pedido de REF, com valor peticionado de 2,3 milhões de euros, não tendo as partes alcançado consenso no decurso das sessões de mediação.
 - **Hospital de Cascais:** apresentação pela EGEst de 2 novos pedidos de REF.
 - **Hospital de Vila Franca de Xira:** apresentação pela EGEst de um outro pedido de REF, quantificado em 1,6 milhões de euros, não tendo as partes alcançado consenso no decurso das sessões de mediação.

Universo PPP considerado ⁽¹⁾



- 38 PPP, considerando ainda a parceria do Estabelecimento do Hospital de Braga, para efeitos de reporte de um fluxo financeiro previsto para 2020

⁽¹⁾ universo dinâmico, em função da extinção ou celebração de novos contratos ou da avaliação e confirmação da verificação dos requisitos legais de aplicação do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio

Siglas:

- AC - Acumulado
- ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
- EG - Entidade Gestora
- EGEd - Entidade Gestora do Edifício
- EGEst - Entidade Gestora do Estabelecimento
- OE2020 - Orçamento do Estado para 2020
- PPP - Parceria Público-Privada
- REF - Reposição do equilíbrio financeiro
- T - Trimestre

Execução Financeira – 2020

Em 2020, os encargos líquidos do setor público com as PPP ascenderam a 1.447,7M€, representando um decréscimo face ao período homólogo de 41,5M€ (-3%). Este decréscimo é essencialmente explicado pela diminuição registada no setor da saúde (-26%), parcialmente mitigado pelo incremento observado no setor rodoviário (+7%). No entanto, caso o efeito isolado do final da parceria da EG Estabelecimento de Braga fosse expurgado, os encargos líquidos teriam um aumento de 84,9M€.

Valores em milhares de euros

ENCARGOS LÍQUIDOS	AC 2020	Peso no Total	AC 2019	Δ AC 2020/ AC 2019	2020P	% Execução
Rodoviário	1 110 326	77%	1 040 883	7%	1 113 934	100%
Ferroviário	47 205	3%	49 111	-4%	54 429	87%
Aeroportuário	-	0%	-	n.a.	-	n.a.
Saúde	317 747	22%	427 535	-26%	314 644	101%
Portuário	(27 534)	-2%	(28 285)	-3%	(28 180)	98%
TOTAL	1 447 744	100%	1 489 244	-3%	1 454 827	100%

Principais variações dos Encargos Líquidos de 2020 face a 2019:

Rodoviária:

(-) **Beira Interior e Interior Norte:** diminuição dos pagamentos por disponibilidade de acordo com a evolução das tarifas contratualmente prevista (-32,3M€).

(-) **Pinhal Interior:** Não ocorrência de um pagamento de regularização, em comparação com o ano anterior, em cerca de 25,8M€ (referente a pagamentos parciais de 2018 e de 2019).

(-) **Baixo tejo:** em 2019 foi efetuado um pagamento de regularização parcial (-21,1M€) relativo ao diferencial entre os valores devidos no âmbito do contrato de subconcessão em vigor e os efetivamente pagos no decurso do processo negocial entretanto concluído.

(-) **Transmontana:** diminuição de pagamentos de disponibilidade e de serviço (-16,3M€), em virtude de terem sido regularizados montantes em dívida em 2019, no seguimento da pronúncia do Tribunal de Contas ao recurso interposto pela IP.

(+) **Receita:** diminuição das receitas de portagem em cerca de 76,1M€ explicada em grande parte pelas limitações à circulação impostas como medida de combate à pandemia da doença Covid-19.

(+) **Norte, Beiras Litoral e Alta, Grande Porto e Pinhal Interior:** aumento dos pagamentos por disponibilidade de acordo com a evolução contratualmente prevista das tarifas (+49,9 M€).

(+) **Litoral Centro e Douro Litoral:** aumento dos pagamentos REF em consequência das decisões arbitrais de 2015 e 2017. No Litoral Centro, foram efetuados dois pagamentos (+17M€) de acordo com o plano estipulado (sendo que foi efetuado o pagamento referente ao ano de 2020 e 2019). No Douro Litoral, o aumento é, essencialmente, explicado pelo pagamento de carácter excecional, de encargos do processo arbitral (+7,8M€).

Saúde:

(-) **EGEst Hospital de Braga:** efeito do término do contrato em 31 de agosto de 2019 (-126,4M€).

(-) **EGEst Hospital Vila Franca de Xira:** pela diminuição do valor de pagamentos de reconciliação em comparação com o período homólogo (-6,2M€), dado que no ano anterior tinham sido efetuados pagamentos de reconciliação referentes a dois anos de atividade.

(+) **EGEst Hospital de Loures:** incremento no valor de pagamentos de reconciliação em 25,8M€ face ao homólogo, dado que em 2020 foi regularizado o pagamento relativo à atividade de 2018 (dado que apenas tinha sido efetuado um pagamento parcial no ano transato) e à atividade de 2019.

Ferrovieária:

(-) **MTS:** diminuição em cerca de 2,2M€, essencialmente explicado pela diferença entre o número de pagamentos de compensações por insuficiência de tráfego efetuados em 2020 e 2019 (3 vs. 4 pagamentos efetuados).

Portuário:

(+) **Porto de Sines:** diminuição das receitas (em cerca de 0,6M€) resultante da implementação na nova estrutura de remunerações por escalões implementadas no decurso do aditamento feito ao contrato no final de 2019.

Principais variações dos Encargos Líquidos de 2020 face ao orçamentado:

A execução orçamental, em termos globais relativamente aos encargos líquidos, esteve em linha com os valores constantes no Relatório do OE2020 (-7,1M€). Os principais desvios face ao orçamento foram:

Rodoviária: (-3,6M€):

(+) Receitas – Diminuição em cerca de 78,9M€, em consequência das limitações impostas à circulação de pessoas devido à doença Covid-19, o que afetou o tráfego rodoviário. As maiores quebras foram verificadas nas concessões Norte, Algarve, Beiras Litoral e Alta e Costa de Prata que representam 58% da variação (-45,8M€).

(-) Encargos brutos – Diminuição de -82,5M€, essencialmente explicado pelo nível de execução das grandes reparações de pavimentação (-75M€), nomeadamente, nas concessões das Beiras Litoral e Alta, Costa de Prata, Norte Litoral, Grande Porto, Norte e Grande Lisboa.

Ferrovária (-7,2M€):

(-) Metro do Porto – decréscimo em 4,6M€, pela não estimativa de penalizações/ deduções relativos a 2020 (-2,8M€) e da diferença de pagamentos da componente variável e de revisão de preços ter sido inferior ao previsto (1,8M€).

(-) MTS – diminuição de 2,6M€, essencialmente explicado por uma diferença temporal, isto é, o orçamento contempla os 4 pagamentos trimestrais de compensação por insuficiência de tráfego, tendo apenas ocorrido 3 pagamentos em 2020 (e outro em janeiro de 2021).

Saúde (+3,1M€):

(+) EGEst Hospital de Loures - execução acima do orçamento em 14,5 M€ explicado, maioritariamente, pela ocorrência do pagamento de reconciliação referente a 2018, ter sido efetuado em janeiro de 2020 e não no final de 2019.

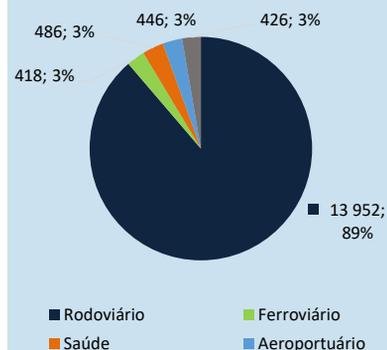
(-) EGEst Hospital de Vila Franca de Xira - execução abaixo do previsto explicado em grande medida pela diferença entre o valor de reconciliação orçamentado de 2019 projetado em sede de OE 2020 e o valor efetivo que foi apurado pela EPC (diferença de cerca de 5,4M€), este decréscimo deve-se em grande parte às deduções aplicadas por falhas de desempenho.

(-) EGEst Hospital de Braga - encargos inferiores em 5,9 M€ devido ao facto do orçamento contemplar o pagamento de reconciliação da atividade de 2019 e apenas terem sido efetuados pagamentos de reconciliação parciais de 2019 (-6,0M€).

Portuário: (-0,6M€):

(+) Terminal de Contentores de Alcântara – nível de execução orçamental ao nível da receita em cerca de 76%, (-0,7M€), explicado pelo efeito da diminuição de carga movimentada em consequência da greve de trabalhadores que ocorreu durante o ano de 2020.

Investimentos dos parceiros privados acumulado (M€), por setor e respetivo peso:



Fonte: UTAP, a partir de dados da responsabilidade das entidades gestoras das PPP.

Encargos por ano e setor de atividade

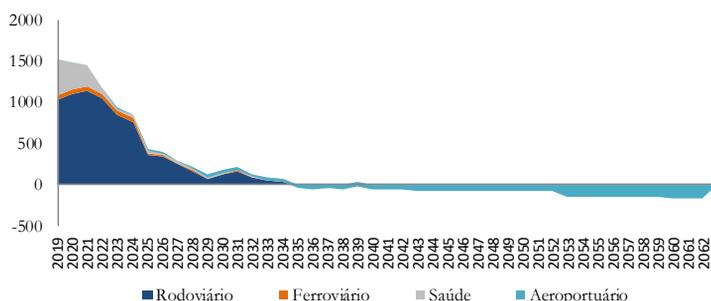
Valores em milhões de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2019. Notas: (1) Os valores apresentados relativamente ao período compreendido entre 2014 e 2015, inclusive, incluem os encargos líquidos relativos ao Túnel do Marão e aos traços da A21 e da A23, os quais se encontram sob gestão direta da IP.

Projeção de encargos plurianuais

Valores em milhões de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados da responsabilidade das entidades gestoras das PPP. Nota: Os valores de 2019 correspondem aos encargos efetivamente registados no referido ano, a preços do ano corrente. Os valores futuros são apresentados a preços constantes de 2020, tal como inscritos no Relatório do OE2020. Os valores apresentados incluem IVA, quando aplicável.

Relatório do OE 2020

- Para maior detalhe, aconselha-se a consulta do Relatório do OE 2020, particularmente, no que às PPP diz respeito, os seus capítulos 5.2.2 e 6.3, disponível para consulta no site da Direção-Geral do Orçamento (www.dgo.pt).
- Complementarmente, poderá revelar-se útil a consulta da nota técnica elaborada pela UTAP relativamente a este Relatório do OE 2020 (www.utap.pt).

Execução Financeira – 4.º Trimestre de 2020

No 4.º trimestre de 2020, os encargos líquidos do setor público com as PPP ascenderam a 368,5M€, representando um decréscimo face ao período homólogo de 8,5M€ (-2%). Este decréscimo é, essencialmente, explicado pela diminuição registada no setor rodoviário de 9,2M€.

Valores em milhares de euros

ENCARGOS LÍQUIDOS	1T2020	2T2020	3T2020	4T2020	Peso no Total (4T)	4T2019	Δ 4T2020/4T2019
Rodoviário	415 750	291 912	137 109	265 555	72%	274 803	-3%
Ferrovário	11 030	12 125	12 754	11 297	3%	13 562	-17%
Aeroportuário	-	-	-	-	0%	-	n.a.
Saúde	80 910	69 743	68 269	98 826	27%	94 738	4%
Portuário	(6 898)	(6 659)	(6 822)	(7 155)	-2%	(6 079)	-18%
TOTAL	500 792	367 120	211 310	368 522	100%	377 024	-2%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2020.

Principais variações dos encargos líquidos face ao período homólogo anterior

(-) Rodoviária: diminuição dos encargos brutos em aproximadamente -30,7M€. Esta variação é explicada pela diminuição dos pagamentos por disponibilidade (-38,4M€) cujo efeito foi mitigado, pelo aumento dos pagamentos de compensação (+9,9M€).

(+) Rodoviário: diminuição das receitas explicada em grande medida pelas limitações à circulação devido ao combate à pandemia da doença Covid-19 (-21,5M€).

(-) Ferrovário: decréscimo de 2,3 M€ explicado pela não ocorrência, no 4.º trimestre de 2020, do pagamento de compensação à semelhança do trimestre homólogo na concessão do MST (valor regularizado em janeiro de 2020).

(+) Saúde: aumento dos encargos líquidos em +4,1M€ devido ao aumento dos encargos das EG Estabelecimentos (+5,5M€), essencialmente, explicado pelo aumento do valor de pagamentos de reconciliação face ao trimestre homólogo. Mitigado pelo decréscimo dos pagamentos às EG Edifícios (-1,4M€), explicado pela diminuição dos pagamentos da componente fixa, de acordo com os termos contratualmente previstos.

Setor Rodoviário

Execução financeira – 4.º trimestre de 2020

Os encargos líquidos do setor público com as parcerias rodoviárias cifraram-se em aproximadamente 265,6M€, registando um decréscimo de 9,2M€ face ao período homólogo (-3%). Esta diminuição resulta do decréscimo dos encargos brutos em cerca de 30,7M€ (-8%), parcialmente compensado pelo decréscimo das receitas em aproximadamente 21,5M€ (-21%).

A diminuição da receita de portagens é explicada, maioritariamente, pelas limitações à circulação implementadas para combate à pandemia da doença Covid-19, que originaram, na maioria das concessões e subconcessões, quebras de tráfego.

A evolução dos encargos brutos é explicada, entre outros, por:

(-) Por um lado, a diminuição advém de:

- **Pinhhal Interior:** não ocorrência de um pagamento de regularização, em comparação com o ano anterior, em cerca de 25,8M€ (referente a pagamentos parciais de 2018 e de 2019);
- **Baixo Tejo:** em 2019 foi efetuado um pagamento de regularização parcial (-21,1M€) relativo ao diferencial entre os valores devidos no âmbito do contrato de subconcessão em vigor e os efetivamente pagos no decurso do processo negocial entretanto extinto;
- **Beira Interior e Interior Norte:** diminuição dos pagamentos por disponibilidade de acordo com a evolução das tarifas contratualmente prevista (-12,6M€).

(+) Em sentido oposto, o acréscimo advém de:

- **Norte, Beiras Litoral e Alta, e Grande Porto:** aumento dos pagamentos por disponibilidade, de acordo com a evolução das tarifas contratualmente prevista (+11,6M€);
- **Litoral Centro:** pelo pagamento de compensação para REF realizado à concessionária, em cerca de 8,5M€, pagamento anual decorrente da decisão arbitral de 2015, sem paralelo em 2019 (dado que o pagamento que deveria ocorrer em dezembro de 2019 apenas ocorreu em janeiro de 2020).

Valores em milhares de euros

PPP Rodoviárias	1T2020	2T2020	3T2020	4T2020	Peso no Total (4T)	4T2019	Δ 4T2020/4T2019
Encargos brutos	501 103	340 655	231 788	344 671	100%	375 392	-8%
Pagamentos Disponibilidade	441 512	306 196	213 389	303 642	88%	342 047	-11%
Concessões	257 842	167 717	139 859	162 648	47%	153 069	6%
Subconcessões	183 670	138 479	73 530	140 995	41%	188 978	-25%
Custos com serviço de cobrança de portagem⁽¹⁾	9 792	11 024	8 207	11 229	3%	12 120	-7%
Pagamento por serviço⁽²⁾	25 800	19 335	9 668	19 335	6%	20 634	-6%
Compensações/REF's e Grandes Reparações	23 999	4 099	525	10 464	3%	591	1669%
Receitas	85 353	48 742	94 679	79 116	23%	100 588	-21%
Concessões	74 149	43 411	85 460	70 145	20%	89 099	-21%
Subconcessões	10 774	5 057	8 712	8 717	3%	11 199	-22%
Outros ⁽³⁾	430	274	507	253	0%	290	-13%
Encargos líquidos totais	415 750	291 912	137 109	265 555	77%	274 803	-3%
Taxa de cobertura	17%	14%	41%	23%		27%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.

A taxa de cobertura dos encargos brutos pelas receitas foi de 23% face aos 27% verificados no período homólogo. O decréscimo verificado deve-se à diminuição acumulada da receita e dos encargos brutos anteriormente explicados.

Riscos e Contingências (2020)

- No final de 2020, o montante total de contingências estimadas com fundamento em pedidos apresentados e em condenações não transitadas em julgado nas PPP rodoviárias ascendia a 638,8 milhões de euros⁽²⁾⁽³⁾, com destaque para:

Algarve Litoral: ação arbitral de rescisão do contrato proposta pela subconcessionária (445M€) e ação movida pelos bancos financiadores, em que é pedida uma indemnização (43M€).

Baixo Tejo: pedido de reposição de equilíbrio financeiro, com fundamento na impossibilidade de construção da ER 377-2, (144M€). Sobre este processo importa referir que na data de publicação deste documento a negociação já se encontra concluída, pelo que no decorrer de 2021 este valor deixa de ser contemplado como risco e contingência.

⁽²⁾ Valores indicativos, resultando da conjugação dos diversos riscos e contingências, nomeadamente pedidos de reposição do equilíbrio financeiro, ações arbitrais, administrativas e executivas e situações pré-contenciosas, alguns dos quais carecendo de quantificação e outros que na quantificação é considerado o valor peticionado pelo parceiro privado. Daqui não resulta reconhecimento ou assunção de responsabilidades para os parceiros públicos.

⁽³⁾ Nota para dois pedidos de reposição do equilíbrio financeiro apresentados pelas Subconcessionárias do Baixo Tejo e do Litoral Oeste em 2012, quantificados em 155M€ e 85M€, relativamente aos quais foram, em 2020, obtidos acordos entre a IP e as Subconcessionárias, pondo fim aos diferendos, os quais foram homologados pelos Tribunais Arbitrais.

Setor da Saúde

Execução financeira – 4.º trimestre de 2020

Os encargos do setor público com as parcerias da saúde ascenderam a 98,8M€, representando um aumento de cerca de 4,1M€ (4%) face aos encargos incorridos em 2019. Este aumento resulta, sobretudo, do acréscimo dos encargos associados às EG Estabelecimento que tiveram um aumento de 5,5M€ (+7%) face ao período homólogo, no entanto, os encargos com as EG Edifício também tiveram uma diminuição de 1,3M€ (-13%).

- Relativamente às **EG Estabelecimento**, as variações nos encargos deve-se a:
 - Hospital de Loures:** aumento de 11,3M€ resultante da diferença do valor de pagamento de reconciliação face ao ano transato, dado que em 2019 apenas foi efetuado um pagamento parcial; sendo este efeito parcialmente mitigado pela redução dos pagamentos de reconciliação face ao homólogo do **Hospital de Cascais** (-5,1M€) e do **Hospital de Braga** (-2,1M€).
- Quanto às **EG Edifício**, a redução registada deve-se:
 - Hospital de Braga:** diminuição, nos termos contratualmente previstos, da componente fixa dos pagamentos mensais em de cerca de 0,4 milhões de euros (-1,2M€ trimestralmente).

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	1T2020	2T2020	3T2020	4T2020	Peso no Total (4T)	4T2019	Δ 4T2020/4T2019
Hospitais PPP - Estabelecimentos	71 576	57 427	57 797	89 492	91%	84 019	7%
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	53 891	55 170	54 549	54 832	55%	53 588	2%
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	14 578	-	-	30 264	31%	27 234	11%
Protocolos/outros ⁽³⁾	3 106	2 257	3 248	4 396	4%	3 197	38%
Hospitais PPP - Edifícios	9 334	12 315	10 472	9 334	9%	10 720	-13%
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	9 334	9 334	9 334	9 334	9%	10 720	-13%
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	-	2 981	1 138	-	0%	-	n.a.
Encargos Totais	80 910	69 743	68 269	98 826	100%	94 738	4%

PPP Saúde	1T2020	2T2020	3T2020	4T2020	Peso no Total (4T)	4T2019	Δ 4T2020/4T2019
H. Cascais	20 552	22 065	21 271	30 133	30%	34 083	-12%
EG Estabelecimento	18 192	18 631	18 911	27 773	28%	31 528	-12%
EG Edifício	2 360	3 434	2 360	2 360	2%	2 554	-8%
H. Braga	1 854	3 049	1 854	6 554	7%	10 507	-38%
EG Estabelecimento	-	-	-	4 700	5%	7 459	-37%
EG Edifício	1 854	3 049	1 854	1 854	2%	3 047	-39%
H. Loures	40 101	25 521	26 726	38 963	39%	26 779	45%
EG Estabelecimento	36 869	22 288	22 356	35 731	36%	23 553	52%
EG Edifício	3 232	3 232	4 370	3 232	3%	3 226	0%
H. VFXira	18 403	19 108	18 417	23 176	23%	23 370	-1%
EG Estabelecimento	16 515	16 508	16 530	21 288	22%	21 478	-1%
EG Edifício	1 887	2 600	1 887	1 887	2%	1 892	0%
TOTAL	80 910	69 743	68 269	98 826	100%	94 738	4%
Estabelecimentos	71 576	57 427	57 797	89 492	91%	84 019	7%
Edifícios	9 334	12 315	10 472	9 334	9%	10 720	-13%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Número de camas por estabelecimento hospitalar

	H. Loures	H. V.F. Xira	H. Cascais	H. Braga
Camas	424 camas	280 camas	277 camas	705 camas

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ACSS.

Riscos e Contingências (2020)

- No final de 2020, os riscos e contingências no setor da saúde estavam quantificados em cerca de 59,8M€⁽⁴⁾, tendo-se verificado um aumento significativo do número de REF, com destaque para:

i) os novos pedidos de REF apresentados autonomamente pelas EGEst do Hospital de Braga, do Hospital de Cascais e do Hospital de Vila Franca de Xira neste ano.

ii) a propositura de três novas ações arbitrais: (1) uma intentada pela EGEst Braga para dirimir diferendos relacionados com a remuneração autónoma pelo tratamento dos doentes com hepatite C e com o pagamento pela dispensa de medicamentos de dispensa obrigatória em farmácia hospitalar prescritos no quadro dos subsistemas públicos de saúde (1,6M€); (2) outra intentada pela EGEst Vila Franca de Xira tendo como objeto os dois mencionados aspetos do litígio de Braga (1,1M€); e (3) e uma terceira proposta pela EGEst Loures para dirimir um conjunto de diferendos valorizados em cerca de 3,1M€.

⁽⁴⁾ Valores indicativos, resultando da conjugação dos diversos riscos e contingências, nomeadamente pedidos de reposição do equilíbrio financeiro, ações arbitrais, administrativas e executivas e situações pré-contenciosas, alguns dos quais carecendo de quantificação e outros que na quantificação é considerado o valor petitionado pelo parceiro privado. Daqui não resulta reconhecimento ou assunção de responsabilidades para os parceiros públicos.

Setor Ferroviário

Execução financeira – 4.º trimestre de 2020

Os encargos incorridos pelo parceiro público com as parcerias Ferroviárias ascenderam a 11,3M€, valor inferior ao período homólogo em 17%. Esta variação é maioritariamente explicada pela concessão do MST em que no trimestre em análise não ocorreu qualquer pagamento referente a compensação por insuficiência de tráfego em comparação com o trimestre homólogo (o pagamento em questão foi efetuado em janeiro de 2021).

PPP Ferroviárias	1T2020	2T2020	3T2020	4T2020	Peso no Total (4T)	4T2019	Δ 4T2020/4T2019
Concessão do MST	1 932	1 804	1 987	-	0%	1 817	-100%
Concessão Eixo Norte/Sul	-	-	(2)	-	0%	-	n.a.
Subconcessão do Metro do Porto	9 097	10 320	10 769	11 297	100%	11 745	-4%
TOTAL	11 030	12 125	12 754	11 297	100%	13 562	-17%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTf e pelo Metro do Porto, S.A..

Riscos e Contingências (2020)

- No setor ferroviário destaca-se o litígio que envolve o Estado e a ELOS, ao abrigo do qual o Estado foi condenado ao pagamento de compensação em valor atualizado de 192M€. O Estado pediu anulação do acórdão arbitral (2016) e, mais recentemente, opôs-se à ação executiva iniciada pela ELOS (2018).

Setor Portuário

Execução financeira – 4.º trimestre de 2020

Os fluxos financeiros referem-se a pagamentos efetuados pelas concessionárias às Administrações Portuárias, receitas, e decompõem-se numa componente fixa e/ou variável, sendo esta última calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais.

O valor das receitas das parcerias portuárias ascendeu a 7,2M€ valor superior ao período homólogo (+18%). Este aumento deve-se essencialmente a:

- Porto de Sines:** diminuição decorrente da celebração de Aditamento ao contrato de concessão e não devido propriamente ao impacto da variação da carga contentorizada movimentada. Este acordo resultou, entre outros, de uma alteração da estrutura dos royalties a pagar pela concessionária à APS por escalões, sendo que neste trimestre as quantidades movimentadas não permitiram ainda atingir o ponto de viragem, aquele em que o valor médio de royalties ultrapassa o resultante da anterior estrutura de royalties para uma determinada quantidade movimentada.

PPP Portuárias	1T2020	2T2020	3T2020	4T2020	Peso no Total (4T)	4T2019	Δ 4T2020/4T2019
Porto de Douro e Leixões	5 966	5 543	4 614	4 471	62%	4 227	6%
Terminal de Contentores de Leixões	5 200	4 832	4 014	3 937	55%	3 767	5%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	766	711	600	534	7%	460	16%
Porto de Lisboa	558	331	672	491	7%	626	-22%
Terminal de Contentores de Alcântara	558	331	672	491	7%	626	-22%
Porto de Sines	373	785	1 536	2 193	31%	1 227	79%
Terminal de Contentores de Sines XXI	373	785	1 536	2 193	31%	1 227	79%
TOTAL	6 898	6 659	6 822	7 155	100%	6 079	18%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Riscos e Contingências (2020)

- No setor portuário, temos a assinalar uma ação judicial intentada pelo Ministério Público contra a Liscont e a APL, na qual aquele pede, a final, a declaração de nulidade do aditamento, de outubro de 2008, ao contrato de concessão celebrado com a Liscont em dezembro de 1984.

Setor Aeroportuário

Execução financeira – 4.º trimestre de 2020

Os contratos de concessão a cargo da ANA – Aeroportos de Portugal não preveem, numa base recorrente, encargos para o parceiro público. Pelo contrário, nos termos dos contratos atualmente em vigor, preveem-se receitas, numa base recorrente, para o setor público, as quais, no entanto, terão início apenas em 2023. Assim, no 4º trimestre de 2020 e no homólogo de 2019, não ocorreu qualquer fluxo financeiro.

Riscos e Contingências (2020)

- Nada a assinalar.